

**Discurso da Ministra da Justiça na apresentação do Plano Justiça mais Próxima  
2020/2023**

**Lisboa, 2 de março de 2020**

Senhor Primeiro-Ministro

Caras e caros colegas do Governo

Senhor Secretário Geral Adjunto da OCDE, Mr Jeffrey Schlagenhauf

Senhora Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

Senhora procuradora Geral da República

Senhor presidente do Tribunal da Relação de Évora

Senhora Juiz Direito em representação do Conselho Superior Magistratura

Senhores bastonários das ordens dos advogados, dos notários e dos solicitadores e agentes de  
execução

Senhores dirigentes

Ilustres convidados,

Saúdo todos respeitosa e calorosamente.

Agradeço a presença do senhor Primeiro Ministro e dos demais colegas do Governo, que interpreto como um sinal de encorajamento e uma manifestação de interesse pelo que tem sido feito na justiça em matéria de modernização.

Cumprimento o senhor Secretário Geral Adjunto da OCDE, Jeffrey Schlagenhauf – cuja presença aqui não pode deixar de simbolizar a relevância que a organização de que é dirigente atribui a este projeto.

Quando em 2016 pusemos em marcha este plano, aquilo a que nos propusemos, o que quisemos realmente, foi trazer as organizações da justiça para o século XXI.

Assegurar que a justiça beneficiaria e partilharia do progresso nos métodos organizativos; nos métodos de gestão; e que incorporaria as vantagens que a tecnologia já consentia, em matéria de simplificação e criação de automatismos; de maior integração e fluidez de fluxos e circuitos de informação.

Fizemo-lo em nome de mais e melhor justiça;

Fizemo-lo pelos cidadãos e para os cidadãos.

\*\*\*

A modernização do Estado, a transição digital, são desafios que convocam todas as áreas da governação e que implicam, a par da definição de estratégias globais, desenvolvimentos setoriais.

O lançamento desta nova edição do plano Justiça + Próxima inscreve-se nessa lógica e ancora-se na confirmação da bondade do caminho iniciado em 2016, com o primeiro plano de ação.

Um plano que permitiu a concretização de medidas que implicaram todos os operadores da área da justiça: os serviços e organismos do Ministério, os Conselhos Superiores, a Procuradoria-Geral da República, ordens profissionais.

Entre março de 2016 e o final de 2019 todos estes intervenientes colocaram na sua agenda e ajudaram-nos a honrar o compromisso de execução de 122 medidas, integrantes do primeiro Plano Justiça + Próxima.

A implementação simultânea de um tão elevado número de medidas apenas se tornou possível porque, por detrás de todos os projetos, houve uma ideia comum; uma ideia comum, que funcionou como força, agregadora de muitas vontades e como desígnio partilhado:

a ideia de que a modernização da justiça, não sendo um fim em si, nem resolvendo, autonomamente, todos os problemas com que os seus subsistemas se confrontam, é um instrumento poderoso.

Um instrumento com um enorme potencial transformador. Dos modos de organização, dos modelos de interação com os cidadãos, dos resultados do sistema e da perceção pública sobre o seu funcionamento.

No fundo, um instrumento para servir melhor e para tornar a atividade de quantos prestam serviço na área da justiça um exercício mais racional e eficiente.

A inovação assume-se na justiça como um fator crucial.

Crucial para a garantia da prestação de serviços de qualidade; crucial para a identificação de formas tecnicamente mais adequadas para, no nosso tempo, preservar valores de sempre: a integridade, a equidade, a tempestividade.

A mudança não se faz num ápice. E, em contextos tradicionalmente atreitos a preceitos e ritos endogâmicos, exige tempo. Por isso, esta edição do Plano é o prolongamento da anterior, inscrevendo-se na mesma estratégia transformadora.

Senhor Primeiro-Ministro,

Distintos Convidados,

Conduzimos este processo experimentando, testando, implementando, avaliando e abrindo-nos à observação e à crítica.

Contámos com a OCDE no acompanhamento desta reforma; na comparação com modelos testados noutras latitudes; na avaliação do impacto das medidas que iam sendo implementadas, designadamente, dos seus possíveis reflexos na melhoria do desempenho da nossa economia.

O resultado dessa avaliação sublinha que Portugal tem conseguido alcançar francos progressos no que concerne à organização dos tribunais, à implementação dos meios tecnológicos de suporte, ao funcionamento do sistema de justiça e à promoção dos meios de resolução alternativa de litígios.

Permitir-me-ão que cite, em tradução livre, um pequeno excerto do Relatório hoje apresentado:

“Portugal é um dos poucos países a adoptar uma abordagem integrada no sentido de tornar a justiça mais centrada no cidadão, através da simplificação administrativa, da melhoria de serviços e de estratégias digitais”. – fim de citação.

A OCDE destacou o projeto Tribunal+ - enquanto projeto de reorganização do atendimento nos tribunais e de reorientação do trabalho nas secretarias judiciais -, considerando-o um passo significativo para a sedimentação da redução de pendências que se tem verificado nos últimos anos.

De facto, as pendências processuais dos tribunais portugueses conheceram uma redução muito significativa nos últimos quatro anos. E sendo certo que esse resultado não pode ser exclusivamente imputado às iniciativas de modernização, é também um dado seguro que elas tiveram um contributo decisivo.

Recordo que o número global de ações cíveis pendentes nos tribunais nacionais é o mais baixo desde 2007, tendo passado para quase metade em quatro anos (241.563 em 2015 para 139.706 em 2019). uma redução de 46,3%. E a duração média desses processos é hoje de um ano.

Se nos circunscrevermos ao universo das ações executivas - que correspondem a  $\frac{3}{4}$  do total de ações cíveis pendentes e onde nos últimos anos o congestionamento dos tribunais era muito significativo -, identificamos, nos últimos 4 anos uma redução, superior a 50%. Os números não mentem. De 1.300 mil no final de 2015 passámos para 545 mil no final de 2019.

E nos processos de insolvência verifica-se o mesmo nível percentual de redução de pendências.

Ainda que com uma expressão menos exuberante, mantém-se e consolida-se a tendência de redução de pendências e de taxas de resolução positivas nas jurisdições laboral e de família e menores.

As dificuldades que ainda persistem estão identificadas e são localizadas: na justiça penal, os processos de grande dimensão, em particular na área económico-financeira.

E na jurisdição administrativa - em que levamos a cabo uma reforma, cujos resultados esperamos que venham brevemente a fazer-se sentir.

Sinalizo que, também aqui, vimos registando, desde 2016, taxas de resolução anuais superiores a 100% invertendo-se a tendência de não assimilação, pelo sistema, do volume de processos entrados num dado ano.

Os números da justiça não deixam dúvidas quanto à melhoria significativa da eficiência dos nossos tribunais.

A maior capacidade de resposta que se verifica generalizadamente em todas as áreas do sistema de justiça tem sido impulsionada pelo investimento em tecnologia: na desmaterialização de processos, na comunicação entre sistemas, na automatização de procedimentos de massa, como a envelopagem e expedição de correspondência; mas também na modernização administrativa. Desde logo através da disponibilização de serviços *online*, que desoneram os funcionários de grande número de pedidos de consultas processos ou de emissão de certidões.

Todos os meses, mais de 300.00 cidadãos acedem à Plataforma Digital da Justiça. Em pouco mais de 4 meses, registamos 69 190 consultas on line de processos de nacionalidade. Emitimos já mais de 250 mil certificados de registo criminal através da internet.

A possibilidade de os cidadãos obterem informações e praticarem mais atos *online* tem também outras virtudes decisivas:

- reduz os custos do acesso a informação, desvinculando os interessados da obrigação de se deslocarem pessoalmente aos mais diversos serviços de justiça;
- introduz um nível mais elevado de escrutínio e de transparência no sistema;
- e torna mais equitativo o acesso às diferentes prestações públicas e serviços.

Projetos e iniciativas de modernização, como a Certidão Judicial Eletrónica ou a Consulta dos Processos online têm sido reconhecidos e premiados, por entidades independentes, pela sua inovação e disponibilização de serviços mais próximos.

Sinalizo ainda o BUPi – o sistema de cadastro simplificado que recentemente recebeu o prémio de transformação digital na administração pública.

Este reconhecimento externo reforça-nos na convicção da bondade do caminho que empreendemos.

Senhor Primeiro-Ministro,

Distintos Convidados,

A concretização da 2ª edição do Plano Justiça + Próxima - que hoje se dá a conhecer - exigirá de todos os envolvidos um esforço concertado e concentrado.

Trata-se de pôr em execução, a partir de agora e até 2023, de 140 medidas de modernização, nas mais diversas frentes do sistema de justiça: os tribunais, a investigação criminal, os meios de resolução alternativa de litígios, os registos, a reinserção social e o sistema prisional, a medicina legal, a propriedade industrial.



Hoje, mais do que nunca, com os ventos de tormenta que sopram sobre a justiça, precisamos de confiança. E a confiança sedimenta-se com ações.

É com este espírito que avançamos para os próximos 4 anos de uma Justiça mais Próxima, sabendo que contamos com a visão e o sentido de interesse público dos responsáveis institucionais da justiça e também dos seus agentes ... *como sempre, como dantes...*!

Estou segura de que juntos construiremos o progresso, vencendo os seus múltiplos desafios!

Muito obrigada!